

## **Livros da Floresta: do registro etnográfico à criação literária<sup>1</sup>**

Profª Drª Cynthia de Cássia Santos Barra  
Universidade Federal do Sul da Bahia / UFSB  
PIBIC/UNIR/CNPq – 2011/2014  
cynthiacsbarra@gmail.com  
<http://www.livrosdafloresta.net/>

Geralmente, os estudos críticos que se dedicam especificamente à literatura de autoria indígena problematizam o conceito de literatura, a atual literatura étnica ou indígena, com operadores de análise habituais: autoria, estilo, recepção, representação, narratividade, história e valor literários. Alertam-nos para a necessidade de revisão dos conceitos provenientes da tradição ocidental literária, pois só assim se tornaria possível perspectivar nosso modo de pensar, abrindo caminho para entendermos os modos de ser, de pensar e de dizer das comunidades tradicionais; aquelas com as quais nós – leitores – mantemos uma relação de alteridade radical. Nesse contexto, esta comunicação pretende apresentar o projeto de pesquisa “Livros da Floresta: do registro etnográfico à criação literária”, cujo objetivo tem sido o de refletir teoricamente sobre a introdução da escrita alfabética e da cultura do impresso em comunidades indígenas, especificamente, nas etnias Suruí Paiter, Tupari, Sakurabiat, Yanomami, Desana-Wari, Kaxinawá, Cinta-Larga, Pataxó e Maxakali. Pretendemos contribuir para a compreensão das condições de produção, de difusão e de recepção da literatura de autoria indígena na contemporaneidade. A série de questões elencadas a seguir – uma mesma questão desdobrada em três – parece-nos suficientes para descrever/resumir o momento atual da pesquisa em torno das literaturas de autoria indígena em língua portuguesa: como conceber teoricamente, como abordar criticamente as literaturas de autoria indígena, a um só tempo comparáveis às literaturas ocidentais e irreduzivelmente distintas destas? Como ler/descrever essa diferença irreduzível e os pontos de contato – de diálogo simétrico, pós-colonialista – estabelecidos

---

<sup>1</sup> Este Projeto recebeu financiamento do CNPq, por meio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica e por meio do Edital CNPq Universal 14/2011.

com a cultura ocidental e concretizados pelos autores indígenas nas páginas de obras bilíngues e/ou publicadas apenas em português? Sobretudo, como manter aberta a possibilidade de apreensão do modo de ser, de pensar, de falar e de escrever dos povos indígenas sem apagar, sem soterrar mais uma vez, suas especificidades cognitivas e suas propostas estéticas de habitação/configuração do mundo? Sabemos que a ação colonizadora no Brasil realizada com extrema violência, visando o apagamento da cultura dos povos indígenas, com a tendência para a unificação linguística, deu lugar ao quase desaparecimento da autoria indígena até o final da década de setenta do século XX. A figura do autor indígena, inaugurada no período colonial por meio da ação de escritores e tipógrafos guarani, precisou de alguns séculos de incessante resistência para se fazer sentir como presença viva – e irreduzível – no cenário intelectual, político e cultural do Brasil República. Certamente, é possível identificar e lançar nossos olhos para a presença indígena – seus saberes e tradições – nas páginas da história literária brasileira, desde sua fundação, por meio da leitura das obras de escritores românticos indianistas (José de Alencar, Sousândrade, entre outros), passando pelas obras de autores modernistas (Raul Bopp, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, por exemplo), chegando, até os dias atuais, aos autores contemporâneos que escrevem em diálogo com a poética dos povos nativos (Antônio Risério, Alberto Musa, Milton Hatoum, entre outros). Contudo, parece-nos, a consolidação contemporânea da autoria indígena, com a publicação criativa de obras impressas e audiovisuais, a possibilidade de afirmarmos a existência de um movimento literário indígena, baseado no *boom* editorial ocorrido a partir da segunda metade do século XX, constituem-se como questões abertas, e produtivas, complexas e atualíssimas, cujos marcos históricos, impactos e desdobramentos – ainda não amplamente conhecidos – podem contribuir para a discussão acerca dos processos (e métodos) de revitalização das culturas e das línguas indígenas. Investigando as marcas e fragmentos que nos restam da autoria indígena em livros de cronistas, missionários e viajantes dos séculos XVI, XVII, XVIII, revisitando antologias dos folcloristas dedicadas ao registro das narrativas mitológicas indígenas, no século XIX, e retomando publicações de etnólogos, antropólogos e linguistas dos séculos XIX e XX, a pesquisadora Maria Inês de Almeida (1999) alargou a picada em direção às textualidades

indígenas – línguas e gêneros discursivos nativos articulados às proposições estéticas dos textos criativos ameríndios. Manejado por Almeida (1999), o método de identificação e de ressaltos das textualidades indígenas enxertadas em obras de autores não índios parece-nos produtivo quando buscamos acompanhar as pegadas da autoria indígena no decorrer dos períodos históricos em que tal autoria se manteve quase que soterrada pelos discursos do missionário, do folclorista e do cientista (naturalista, filósofo natural) etnocêntrico. Antônio Risério, no livro *Textos e tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros* (1993), observa como o texto ameríndio foi “falsificado, traído e silenciado”, esvaziado como discurso, a cada vez que uma gramática de língua indígena foi produzida com o objetivo final de catequização. Risério, afirma, citando Mattoso Câmara Jr: “Da mesma sorte que se queria melhorar os costumes, o espírito, a moral, a religião, do índio, também se pretendia melhorar-lhe a língua” (MATTOSO CÂMARA JR *apud* RISÉRIO, 1993, p. 40-41). A decisão de muitos dos povos indígenas de terem colocado a produção de materiais didáticos – as novas cartilhas – no campo da criação literária parece ter aberto um caminho produtivo na história da conquista da escrita e da autoria indígena no Brasil contemporâneo. A literatura – a criação textual – é discurso pleno de valor histórico, de valor político. O texto literário permite a apreensão de imagens fulgurantes dos autores e das comunidades que lhe dão origem? A experiência da leitura literária permite o estabelecimento de uma relação com o outro, com a diferença irreduzível dos sujeitos e das culturas. A relação estética que o texto literário propicia abre caminho ao conhecido, ao próximo, e ao desconhecido, ao outro? A teoria literária contemporânea nos possibilita tais pensamentos (BLANCHOT, 1984; 1987; BARTHES, 1980; RANCIÈRE, 1995; 2005). Os livros produzidos pelos professores indígenas têm cumprido a função de ensinar às crianças das aldeias as artes de ler e de escrever, em um sentido que permite a compreensão do gesto escritural articulado às artes editoriais e literárias. Além disso, impactam o sistema literário – cultural – em língua portuguesa. Os discursos estéticos e políticos dos autores indígenas potencializam a vida de suas comunidades dentro e fora das aldeias. Na apresentação que faz à obra *Literaturas da Floresta: textos amazônicos e cultura latino-americana* (2012), Sérgio Medeiros, comentando as especificidades do livro de Lúcia Sá, faz referência aos numerosos livros

indígenas publicados até o presente momento: “são textos variados, que englobam prosa e poesia, em diferentes línguas e para todo tipo de público, da criança ao adulto, passando pelo adolescente índio. (...) Não sabemos ainda que ressonâncias essas narrativas, escritas em línguas indígenas, terão na literatura brasileira, escrita em português. É assunto para o futuro” (MEDEIROS *apud* SÁ, 2012, p.14). Concordando/discordando de Medeiros, podemos pensar: o futuro é agora. Além disso, tornando ainda mais complexa a questão, como ressalta Daniel Mato, em contextos interculturais, um dos problemas mais difíceis de resolver para desenvolver métodos de pesquisa, de produção de conhecimento, de narrativas, são os problemas de tradução. Não exatamente os problemas de tradução de palavras e ideias de uma língua para outra, mas os problemas de tradução de visões de mundo, de sensibilidades e de sentido (MATO, 2008, p. 113). Os quatro livros a serem discutidos nesta comunicação [“Antes o mundo não existia” (1980;1995); “Mitopoemas Yãnomam (1978); “Shenipabu Miyui: histórias dos antigos (1995; 2000; 2008); “Hitupmã’ax: Curar” (2009)] enfrentaram, para sua elaboração, cada um à sua própria maneira, problemas tradutórios – tradução intralingual, interlingual, intersemiótica –; e inventaram suas estratégias de transcrição, quando necessário, isto é, quando a tradução intercultural parecia chegar a seu limite extremo: o silêncio ou, pior, a palavra conseguida por meio do jogo perverso do mal-entendido atraído. Os livros indígenas penetraram o mundo da cultura impressa, inscreveram aí formas e estilos indígenas específicos. Dialogam, assim, com escolas estéticas e com políticas editoriais. Historicamente, fizeram parte de listas canônicas de vestibulares de universidades federais; propiciaram a escritores indígenas assumir o lugar de editores; injetaram no discurso médico da FUNASA células vivas do discurso indígena. Uma questão conceitual que esteve presente em minha exposição, ainda que não a tenha explicitado inicialmente, diz respeito à questão comumente levantada quando se discute literatura indígena: os textos criativos indígenas são literatura? As narrativas mitológicas indígenas podem/devem ser tomados como Literatura, essa instituição e máquina simbólica que nos foi legada pela tradição cultural grego-romana? Antônio Risério, em *Tribos e textos: poéticas extra-ocidentais nos trópicos* (1993), é enfático: “Não há povo que não ostente, no elenco dos seus signos mais expressivos, objetos de linguagem, correspondentes ao que,

em nosso mundo, chamamos poesia” (RISÉRIO, 1993, p. 25). Sem nós enroscarmos demasiado na questão espinhosa de pretender determinar de uma vez por todas se os textos criativos indígenas são ou não, de fato, literatura ou se apenas se tornam Literatura quando se inserem na Cultura do Impresso, mas vale considerar que o fazer literário com povos indígenas – a prática da letra – tem funcionado como abertura para a possibilidade do diálogo intercultural. A escrita dos textos criativos indígenas tem levado necessariamente ao esforço tradutório, leva a alguns nomes próprios – ainda que, felizmente, e sobretudo, o nome próprio da escrita dos povos indígenas nos chegue sob a forma da autoria coletiva; leva-nos, ainda, a incessantes batalhas para manter aberta a possibilidade de inscrição/registo de novas escrituras, oriundas do alargamento das línguas, de suas revitalizações possíveis por meio das práticas da letra. Contudo, a posse da escrita – da escritura –, essa talvez jamais se dê por completo. Cada conquista legítima, portanto, merece ser celebrada; e narrada? Cada canto, cada história, cada mito merece ser reinventado, transcriado, se necessário for, pois a ficção/o discurso possui estrutura de verdade. Escrever é uma batalha que travamos cotidianamente, desde tempos imemoriais, abrindo/inventando/alargando picadas em terreno hostil e desconhecido.